

**Iniciado em** Wednesday, 23 Feb 2022, 08:28

**Estado** Finalizada

**Concluída em** Wednesday, 23 Feb 2022, 08:34

**Tempo** 6 minutos 40 segundos

**empregado**

**Avaliar** **97,50** de um máximo de 100,00

Questão 1

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Civil**

**Ano:** 2020    **Banca:** VUNESP    **Órgão:** Prefeitura de Ilhabela - SP    **Prova:** VUNESP - 2020 - Prefeitura de Ilhabela - SP - Analista - Direito - Gestão Pública

Acerca do inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta

- a. Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo e culpa grave aquele a quem não favoreça; nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por culpa, salvo as exceções previstas em lei.
- b. o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada. ✓
- c. A mora do credor subtrai o devedor isento de dolo ou culpa grave à responsabilidade pela conservação da coisa, obriga o credor a ressarcir as despesas empregadas em conservá-la, e sujeita-o a recebê-la pela estimativa mais favorável ao devedor, se o seu valor oscilar entre o dia estabelecido para o pagamento e o da sua efetivação.
- d. Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, bem como os juros da mora os quais, mesmo que não cubram o prejuízo e não havendo pena convencional, impedem a concessão de indenização suplementar ao credor pelo juiz.
- e. Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as, não podendo a parte inocente pedir indenização suplementar, mesmo se comprovado que o prejuízo resultante da inexecução supera o valor ajustado a título de sinal.

A resposta correta é:

o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.

**Questão 2**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Civil****Ano:** 2020    **Banca:** FCC    **Órgão:** TJ-MS    **Prova:** FCC - 2020 - TJ-MS - Juiz Substituto

O pagamento

- a. feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que ele não era credor.
- b. deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito. ✓
- c. não vale quando ciente mente feito ao credor incapaz de quitar, em nenhuma hipótese.
- d. autoriza-se a recebê-lo o portador da quitação, fato que origina presunção absoluta.
- e. feito pelo devedor ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, prejudicando o direito de regresso contra o credor.

A resposta correta é:

deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.

**Questão 3**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Civil****Ano:** 2020    **Banca:** VUNESP    **Órgão:** Prefeitura de São Roque - SP    **Prova:** VUNESP - 2020 - Prefeitura de São Roque - SP - Advogado

Acerca do pagamento das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a. O terceiro não interessado pode pagar a dívida se o fizer em nome e à conta do devedor, salvo oposição deste, e se pagar a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor. ✓
- b. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que não era credor; se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, o pagamento não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, ficando-lhe ressalvado o regresso contra o credor.
- c. É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas e são nulas as convenções de pagamento em ouro ou em moeda estrangeira, bem como para compensar a diferença entre o valor desta e o da moeda nacional, excetuados os casos previstos na legislação especial.
- d. Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias, e, se designados dois ou mais lugares, cabe ao devedor escolher entre eles.
- e. Ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato, no caso de falência do devedor, recuperação judicial ou estado notório de insolvência.

A resposta correta é:

O terceiro não interessado pode pagar a dívida se o fizer em nome e à conta do devedor, salvo oposição deste, e se pagar a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.

**Questão 4**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Civil****Ano:** 2018    **Banca:** FCC    **Órgão:** SEFAZ-GO    **Prova:** FCC - 2018 - SEFAZ-GO - Auditor-Fiscal da Receita Estadual

Em relação à invalidade do negócio jurídico,

- a. é anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- b. a anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. ✓
- c. o negócio jurídico nulo pode ser confirmado e ratificado, embora não convalesça pelo decurso do tempo.
- d. é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado da prática do ato pelo causador da anulabilidade.
- e. é nulo o negócio jurídico simulado e meramente anulável o negócio dissimulado, se válido for na substância e na forma.

A resposta correta é:

a anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.

**Questão 5**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Processual Civil****Ano:** 2021    **Banca:** FCC    **Órgão:** DPE-GO    **Prova:** FCC - 2021 - DPE-GO - Defensor Público

De acordo com as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil de 2015, a competência territorial para a ação declaratória de paternidade é

- a. do foro do domicílio do réu, salvo se a demanda for cumulada com pedido de alimentos. ✓
- b. do foro do domicílio do réu, ainda que a demanda seja cumulada com pedido de alimentos.
- c. do foro do domicílio do guardião do autor, caso ele seja incapaz.
- d. de natureza absoluta, em razão da indisponibilidade do direito.
- e. do foro do domicílio do autor.

A resposta correta é:

do foro do domicílio do réu, salvo se a demanda for cumulada com pedido de alimentos.

**Questão 6**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Processual Civil****Ano:** 2019   **Banca:** CESPE / CEBRASPE   **Órgão:** TJ-BA   **Prova:** CESPE - 2019 - TJ-BA - Conciliador

Acerca das normas fundamentais do processo civil, da jurisdição e do direito de ação, julgue os itens a seguir.

- I. Sob pena de nulidade processual, o magistrado deve obedecer, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão dos processos aptos a julgamento para proferir decisão interlocutória ou sentença.
- II. O autor está autorizado a ajuizar ação meramente declaratória para declaração da falsidade ou da autenticidade de documento e também para certificar a existência, a inexistência ou o modo de ser de uma relação jurídica.
- III. Haverá conexão caso sejam identificadas duas ações que contenham, simultaneamente, as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

Assinale a opção correta.

- a. Apenas o item I está certo.
- b. Apenas o item II está certo. ✓
- c. Apenas os itens I e III estão certos.
- d. Apenas os itens II e III estão certos.
- e. Todos os itens estão certos.

A resposta correta é:

Apenas o item II está certo.

Questão 7

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Processual Civil**

**Ano:** 2019    **Banca:** FCC    **Órgão:** TRF - 4<sup>a</sup> REGIÃO    **Prova:** FCC - 2019 - TRF - 4<sup>a</sup> REGIÃO - Analista Judiciário - Oficial de Justiça  
Avaliador Federal

Na fase de saneamento do processo, o juiz verificou que o conhecimento do mérito da demanda dependia da verificação de fato delituoso objeto de inquérito policial, não tendo ainda o Ministério Público ajuizado a correspondente ação penal. Nesse caso, o juiz

- a. pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal; porém, se a ação penal não for proposta no prazo de 3 (três) meses, contado da intimação do ato de suspensão, deverá dar andamento ao feito e examinar incidentemente a questão prévia. ✓
- b. não pode determinar a suspensão do processo, cabendo-lhe examinar incidentemente a questão prévia, haja vista que as instâncias cível e criminal não se confundem.
- c. deve determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, podendo manter o processo suspenso por prazo indeterminado, desde que a ação penal seja proposta no prazo de 3 (três) meses, contado da intimação do ato de suspensão.
- d. somente pode ordenar a suspensão do processo, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, a partir de quando venha a ser proposta a ação penal.
- e. deve determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 2 (dois), salvo se o procedimento de investigação criminal vier a ser arquivado, sem o oferecimento de denúncia.

A resposta correta é:

pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal; porém, se a ação penal não for proposta no prazo de 3 (três) meses, contado da intimação do ato de suspensão, deverá dar andamento ao feito e examinar incidentemente a questão prévia.

**Questão 8**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Processual Civil****Ano:** 2019    **Banca:** FCC    **Órgão:** TRF - 3<sup>a</sup> REGIÃO    **Prova:** FCC - 2019 - TRF - 3<sup>a</sup> REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária

Considere as seguintes proposições acerca das nulidades:

- I. Se a parte interessada na declaração da nulidade deixar de alegá-la na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, ocorrerá a preclusão, ainda que se trate de nulidade que o juiz deva decretar de ofício.
- II. Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, em feito no qual devesse intervir, o juiz deverá decretar a invalidade dos atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado; entretanto, a nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
- III. A decretação da nulidade por descumprimento da forma prevista em lei poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa, mas ela responderá pelas custas do retardamento do processo, além de incorrer nas sanções previstas para a litigância de má-fé.
- IV. Nos casos em que puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não deverá pronunciá-la nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- V. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade, desde que haja a concordância de todas as partes.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que consta apenas de

- a. I e II.
- b. I e III.
- c. II e IV. ✓
- d. III e V.
- e. IV e V.

A resposta correta é:

II e IV.

## Questão 9

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Eleitoral****Ano:** 2021 **Banca:** FCC **Órgão:** TJ-GO **Prova:** FCC - 2021 - TJ-GO - Juiz Substituto

A respeito da organização da Justiça Eleitoral, considere:

- I. A Justiça Eleitoral é composta pelos seguintes órgãos: Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes Eleitorais, Juntas Eleitorais, Zonas Eleitorais e Seções Eleitorais.
- II. A Justiça Eleitoral desempenha, além das funções administrativa, jurisdicional e normativa, a função consultiva.
- III. Os juízes de direito que exercem funções eleitorais são designados pelo Tribunal Regional Eleitoral em caráter vitalício.
- IV. A zona eleitoral é o espaço territorial sob a jurisdição do juiz eleitoral para fins de organização do eleitorado, ao passo que a seção eleitoral é a menor unidade na divisão judiciária eleitoral. Está correto o que se afirma apenas em

 a. I e IV. b. II e IV. ✓ c. I e II. d. I e III. e. II e III.

A resposta correta é:

II e IV.

**Questão 10**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Eleitoral****Ano:** 2020 **Banca:** CESPE / CEBRASPE **Órgão:** MPE-CE **Prova:** CESPE - 2020 - MPE-CE - Promotor de Justiça de Entrância Inicial

A respeito de membros do Ministério Público Federal (MPF) e dos Ministérios Públícos estaduais e de suas atribuições, considerando a matéria de sua competência originária nos órgãos da justiça eleitoral em que atuam, assinale a opção correta.

- a. O procurador-geral eleitoral integra o MPF e exerce encargos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nos tribunais regionais eleitorais em caso de matéria referente a eleição de presidente, de governador de estado ou do Distrito Federal, e de prefeito.
- b. Procurador regional eleitoral integra Ministério Públíco estadual e exerce encargos perante os juízes eleitorais e as juntas eleitorais em caso de matéria referente a eleições estaduais, municipais e distritais.
- c. O procurador-geral eleitoral e os procuradores regionais eleitorais integram, respectivamente, o MPF e Ministérios Públícos estaduais e exercem encargos perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os tribunais regionais eleitorais, os juízes eleitorais e as juntas eleitorais em caso de matéria referente a eleições federais, estaduais, distritais e municipais.
- d. Promotores eleitorais integram os Ministérios Públícos estaduais e exercem encargos perante os juízes eleitorais e as juntas eleitorais em caso de matéria referente a eleições municipais. ✓
- e. Todos os membros do MPF e dos Ministérios Públícos estaduais podem atuar livremente como promotores eleitorais, em quaisquer órgãos da justiça eleitoral, em caso de matérias referentes a eleições em geral, proporcionais ou majoritárias, em qualquer parte do território nacional.

A resposta correta é:

Promotores eleitorais integram os Ministérios Públícos estaduais e exercem encargos perante os juízes eleitorais e as juntas eleitorais em caso de matéria referente a eleições municipais.

**Questão 11**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Ambiental**

**Ano:** 2020 **Banca:** IBADE **Órgão:** Prefeitura de Linhares - ES **Prova:** IBADE - 2020 - Prefeitura de Linhares - ES - Analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Geografia

A mineração é atividade extremamente poluente, mas ao mesmo tempo muito necessária ao desenvolvimento do município, em especial na área de construção civil, que utiliza materiais como areia e pedras extraídas da natureza. Nesse sentido, a Constituição Federal, na busca do desenvolvimento sustentável, determina que aquele que explorar recursos minerais fica:

- a. condicionado a dividir com a Prefeitura parte dos lucros obtidos com a comercialização do material extraído.
- b. condicionado ao pagamento à União, a título de taxa de conservação ambiental, o valor equivalente a 50% dos lucros obtidos com a comercialização do material extraído.
- c. proibido de realizar extração mineral no Município, o qual se absterá de conceder as licenças ambientais requeridas pelos municípios.
- d. obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. ✓
- e. obrigado a utilizar as retroescavadeiras e os demais materiais de extração mineral indicados em decreto federal e comprados pela Prefeitura.

A resposta correta é:

obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

**Questão 12**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Ambiental****Ano:** 2020 **Banca:** FCC **Órgão:** AL-AP **Prova:** FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Assessor Jurídico Legislativo

No tocante à proteção constitucional do meio ambiente, considere:

- I. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- II. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- III. São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por meio de ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- IV. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que só poderão ser instaladas por autorização excepcional dos Estados membros em que se encontrem.
- V. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público, entre outros deveres, preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

Está correto o que se afirma apenas em

- a. I, II e III.
- b. III, IV e V.
- c. II, IV e V.
- d. I, III e IV.
- e. I, II e V. ✓

A resposta correta é:

I, II e V.

**Questão 13**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito do Consumidor****Ano:** 2020    **Banca:** FCC**Órgão:** AL-AP**Prova:** FCC - 2020 - AL-AP - Analista Legislativo - Assessor Jurídico Legislativo

Quanto à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, é correto afirmar:

- a. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente de culpa, na modalidade de risco atividade.
- b. A única hipótese de o fornecedor de serviços não ser responsabilizado será quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste.
- c. O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas. ✓
- d. Os produtos são defeituosos quando sua qualidade ou quantidade os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.
- e. O fornecedor de serviços ou produtos responde objetivamente, mesmo que não havendo culpa, na modalidade de risco integral.

A resposta correta é: O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

**Questão 14**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito do Consumidor****Ano:** 2019    **Banca:** IADES    **Órgão:** BRB    **Prova:** IADES - 2019 - BRB - Advogado

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, acerca da Política Nacional de Relações de Consumo, dos direitos básicos do consumidor, da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e reparação de danos, nas relações de consumo, assinale a alternativa correta.

- a. Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, com ou sem remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- b. Um dos princípios que embasam a Política Nacional de Consumo é o da racionalização e melhoria dos serviços públicos. ✓
- c. A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.
- d. O prazo decadencial dos vícios aparentes se inicia da ciência do vício pelo(a) consumidor(a).
- e. O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

A resposta correta é: Um dos princípios que embasam a Política Nacional de Consumo é o da racionalização e melhoria dos serviços públicos.

**Questão 15**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Estatuto da Criança e do Adolescente****Ano:** 2021 **Banca:** FCC **Órgão:** DPE-RR **Prova:** FCC - 2021 - DPE-RR - Defensor Público

Se os pais concordam com a entrega do filho em adoção, seu consentimento, segundo prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- a. permitirá o encaminhamento da criança para adoção quando esgotadas as possibilidades de colocação na família natural ou extensa.
- b. resultará na declaração, pelo juiz, após observadas as formalidades legais, da extinção do poder familiar. ✓
- c. pode ser retratado no prazo de até 15 dias contados da ciência da sentença que determinar a busca por pretendentes cadastrados.
- d. depende de formalização por meio de instrumento público ou de ratificação perante a autoridade judiciária para alcançar validade jurídica.
- e. deve ser apresentado em audiência com presença obrigatória de advogado ou defensor, Ministério Público e integrante da equipe interprofissional.

A resposta correta é:

resultará na declaração, pelo juiz, após observadas as formalidades legais, da extinção do poder familiar.

**Questão 16**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Estatuto da Criança e do Adolescente****Ano:** 2021 **Banca:** FCM **Órgão:** Prefeitura de Bela Vista de Minas - MG **Prova:** FCM - 2021 - Prefeitura de Bela Vista de Minas - MG - Assistente Social - Departamento de Assistência Social

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 1990) estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos fundamentais às crianças e adolescentes.

Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma sobre o direito à convivência familiar e comunitária.

- ( ) O direito à convivência familiar e comunitária é o direito que a criança ou o adolescente têm de serem criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta.
- ( ) O acolhimento institucional é medida excepcional e deve ser reavaliado a cada 03 meses pela autoridade judiciária, com base em relatório da equipe interprofissional ou multidisciplinar.
- ( ) A criança tem o direito de viver, prioritariamente, em uma família que tenha condições financeiras, educacionais, culturais e morais para criá-la.
- ( ) A falta ou a carência de recursos materiais dos pais ou responsáveis constituem motivo para a perda do poder familiar e encaminhamento da criança ou adolescente para o acolhimento institucional.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

- a. F, F, V, V.
- b. V, V, F, F. ✓
- c. F, V, V, F.
- d. V, F, F, V.

A resposta correta é:

V, V, F, F.

**Questão 17**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Penal****Ano:** 2021 **Banca:** FGV **Órgão:** DPE-RJ **Prova:** FGV - 2021 - DPE-RJ - Defensor Público

Sobre o crime de furto, previsto no Art. 155, *caput*, do Código Penal, sua causa de aumento de pena se praticado durante o repouso noturno (§1º), sua forma privilegiada (§2º) bem como sua forma qualificada do §4º, incisos I (destruição ou rompimento de obstáculo), II (abuso de confiança, fraude, escalada ou destreza), III (emprego de chave falsa) e IV (concurso de duas ou mais pessoas), é correto afirmar, segundo consolidada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que:

- a. é viável a incidência do privilégio do Art. 155, §2º, do Código Penal, em hipóteses de furto qualificado, sejam as qualificadoras de caráter objetivo ou subjetivo;
- b. a causa de aumento de pena relativa à prática do crime de furto durante o repouso noturno (Art. 155, §1º, do Código Penal) é aplicável ao furto qualificado, mas não ao furto simples;
- c. a causa de aumento de pena relativa à prática do crime de furto durante o repouso noturno (Art. 155, §1º, do Código Penal) não se configura quando o crime é cometido em estabelecimento comercial ou residência desabitada;
- d. para o reconhecimento da qualificadora do rompimento de obstáculo/arrombamento e escalada no crime de furto, se prescinde da realização de exame pericial, ainda que fosse possível fazê-lo à época, desde que sua substituição possa se dar por outros meios probatórios;
- e. no furto simples, o reconhecimento do privilégio do Art. 155, §2º, do Código Penal, é um direito subjetivo do acusado, de modo que se exige à sua configuração dois únicos requisitos de natureza objetiva, consubstanciados na primariedade do acusado e no pequeno valor da coisa furtada. ✓

A resposta correta é:

no furto simples, o reconhecimento do privilégio do Art. 155, §2º, do Código Penal, é um direito subjetivo do acusado, de modo que se exige à sua configuração dois únicos requisitos de natureza objetiva, consubstanciados na primariedade do acusado e no pequeno valor da coisa furtada.

**Questão 18**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Penal****Ano:** 2020 **Banca:** CESPE / CEBRASPE **Órgão:** MPE-CE **Prova:** CESPE / CEBRASPE - 2020 - MPE-CE - Promotor de Justiça de Entrância Inicial

Com relação a causas extintivas de punibilidade, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a. O indulto extingue os efeitos penais primários e secundários, penais e não penais, da condenação, exceto para fins de reincidência penal.
- b. Dada sua natureza hedionda, o delito de tráfico de entorpecentes privilegiado não é passível de indulto.
- c. A reincidência penal implica o aumento, em um terço, do prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- d. A extinção da punibilidade de crime antecedente não interfere na punibilidade do delito de lavagem de dinheiro. ✓
- e. A sentença que concede o perdão judicial afasta os efeitos penais da sentença penal condenatória, exceto para fins de reincidência.

A resposta correta é:

A extinção da punibilidade de crime antecedente não interfere na punibilidade do delito de lavagem de dinheiro.

**Questão 19**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Penal****Ano:** 2020 **Banca:** CESPE / CEBRASPE **Órgão:** TJ-PA **Prova:** CESPE - 2020 - TJ-PA - Auxiliar Judiciário

Em regra, consideram-se autores de um delito aqueles que praticam diretamente os atos de execução, e partícipes aqueles que atuam induzindo, instigando ou auxiliando a ação dos autores principais. No entanto, é possível que um agente, ainda que não participe diretamente da execução da ação criminosa, possa ter o controle de toda a situação, determinando a conduta de seus subordinados. Nessa hipótese, ainda que não seja executor do crime, o agente mandante poderá ser responsabilizado criminalmente. Essa possibilidade de responsabilizar o mandante pelo crime decorre da teoria

- a. da acessoriedade limitada.
- b. do favorecimento.
- c. do domínio do fato.
- d. pluralística da ação.
- e. da causação.



A resposta correta é:

do domínio do fato.

**Questão 20**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Penal****Ano:** 2019 **Banca:** FCC **Órgão:** TRF - 4ª REGIÃO **Prova:** FCC - 2019 - TRF - 4ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária

Sobre a extinção da punibilidade, nos termos preconizados pelo Código Penal, é correto afirmar:

- a. A prescrição da pena de multa ocorrerá no prazo de 2 anos quando ela for cumulativamente cominada com a pena privativa de liberdade.
- b. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- c. A sentença que conceder o perdão judicial será considerada para fins de reincidência.
- d. São reduzidos pela metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou na data da sentença, maior de 60 (sessenta) anos.
- e. A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, regula-se pela pena aplicada, e poderá ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.



A resposta correta é:

Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

**Questão 21**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Processual Penal****Ano:** 2021    **Banca:** FCC    **Órgão:** TJ-GO    **Prova:** FCC - 2021 - TJ-GO - Juiz Substituto

Em relação à prisão preventiva e às medidas cautelares alternativas à prisão, o Código de Processo Penal estabelece:

- a. A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será motivada e fundamentada, admitindo-se, no caso de denegação da prisão, que haja simples indicação do ato normativo aplicável ao caso.
- b. O juiz pode revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, mas o mesmo juiz já não pode depois novamente decretá-la.
- c. A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.
- d. O juiz somente pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de oitenta anos e extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- e. A suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira é medida cautelar diversa da prisão, cabível independentemente de haver receio de utilização da função ou atividade para a prática de infrações penais.



A resposta correta é:

A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

**Questão 22**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Processual Penal****Ano:** 2021    **Banca:** FGV    **Órgão:** PC-RN    **Prova:** FGV - 2021 - PC-RN - Delegado de Polícia Civil Substituto

Relativamente à prova testemunhal, é correto afirmar que:

- a. as perguntas à testemunha serão formuladas pelo juiz, não sendo admitida a inquirição pelas partes;
- b. as testemunhas serão inquiridas individualmente, embora possam presenciar os depoimentos umas das outras;
- c. são proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, mesmo que queiram dar o seu testemunho e tenham sido desobrigadas pela parte interessada;
- d. o depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito, não existindo nenhuma exceção prevista na legislação que permita a uma autoridade optar pela prestação de depoimento por escrito;
- e. as testemunhas que, regularmente intimadas, deixarem de comparecer sem motivo justificado, poderão ser conduzidas por oficial de justiça, salvo se impossibilitadas de comparecer, por enfermidade ou por velhice, caso em que serão inquiridas onde estiverem.



A resposta correta é:

as testemunhas que, regularmente intimadas, deixarem de comparecer sem motivo justificado, poderão ser conduzidas por oficial de justiça, salvo se impossibilitadas de comparecer, por enfermidade ou por velhice, caso em que serão inquiridas onde estiverem.

**Questão 23**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Processual Penal**

**Ano:** 2020    **Banca:** FGV    **Órgão:** MPE-RJ    **Prova:** FGV - 2020 - MPE-RJ - Estágio Forense do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

De maneira geral, a doutrina conceitua prova como todo elemento através do qual se pretende influenciar o convencimento do julgador, demonstrando-se a existência ou realidade de um fato. Em que pese o Código de Processo Penal seja primordialmente marcado pelo sistema acusatório, alguns resquícios sobre características do sistema inquisitivo permanecem em relação ao tema.

Com base nas previsões do Código de Processo Penal, em relação ao tema “prova”, é correto afirmar que:

- a. a prova da qualificadora do crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo depende da realização de exame de corpo de delito, podendo esse ser suprido apenas pela confissão do acusado;
- b. as provas ilícitas deverão ser desentranhadas do processo, assim como aquelas que dela derivarem, ainda que as derivadas pudessem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras;
- c. o crime de lesão corporal de natureza grave exige a realização de exame de corpo de delito, que poderá ser, porém, indireto, caso os vestígios desapareçam; ✓
- d. a busca e apreensão pessoal, havendo prova da materialidade e indícios de autoria de flagrante delito e posse de instrumentos do crime, depende da prévia existência de mandado;
- e. o exame pericial deverá ser realizado por dois peritos oficiais, ou, em sua falta, duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior.

A resposta correta é:

o crime de lesão corporal de natureza grave exige a realização de exame de corpo de delito, que poderá ser, porém, indireto, caso os vestígios desapareçam;

**Questão 24**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Processual Penal**

**Ano:** 2018    **Banca:** FCC    **Órgão:** Câmara Legislativa do Distrito Federal    **Prova:** FCC - 2018 - Câmara Legislativa do Distrito Federal - Procurador Legislativo

Acerca da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória, é correto afirmar que

- a. no curso de inquérito policial instaurado para apuração de delito de receptação qualificada, sendo o investigado reincidente em crime doloso, pode o Juiz decretar sua prisão temporária pelo prazo de cinco dias, renovável por igual período.
- b. é vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, salvo em caso de crimes hediondos ou equiparados.
- c. a Autoridade Policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a dois anos, sendo o acusado primário e de bons antecedentes.
- d. ocorre flagrante impróprio ou quase flagrante quando o agente é encontrado, logo depois de cometer a infração penal, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
- e. é cabível a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após identificado, salvo se outra hipótese recomendar a medida



A resposta correta é: é cabível a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após identificado, salvo se outra hipótese recomendar a medida

**Questão 25**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Constitucional**

**Ano:** 2021    **Banca:** CESPE / CEBRASPE    **Órgão:** PGE-MS    **Prova:** CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-MS - Procurador do Estado

A respeito dos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

- a. De acordo com o STF, o Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública acerca de relação de consumo que envolva cartões de crédito.
- b. É incabível a impetração de habeas corpus coletivo, segundo a jurisprudência do STF.
- c. Não cabe habeas data para a obtenção de dados relativos ao pagamento de tributos.
- d. O cabimento da ação popular prescinde da demonstração de prejuízo aos cofres públicos.
- e. Desde que em funcionamento há mais de um ano, organizações sindicais e entidades de classe são legítimas para o ajuizamento de mandado de segurança coletivo.



A resposta correta é:

O cabimento da ação popular prescinde da demonstração de prejuízo aos cofres públicos.

**Questão 26**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Constitucional****Ano:** 2021    **Banca:** CESPE / CEBRASPE    **Órgão:** PGE-AL    **Prova:** CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-AL - Procurador do EstadoAcerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção **CORRETA**.

- a. É incabível arguição de descumprimento de preceito fundamental em face de omissão legislativa municipal.
- b. Governador de estado afastado apenas cautelarmente de suas funções não perde a legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- c. O efeito vinculante e a eficácia *erga omnes* das decisões em sede de controle concentrado de constitucionalidade não alcançam o Poder Legislativo nem o próprio Supremo Tribunal Federal.
- d. Os tribunais de justiça devem observar a cláusula *full bench* para apreciar a compatibilidade de norma pré-constitucional para com a Constituição Federal de 1988.
- e. Leis municipais e normas pré-constitucionais não podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

A resposta correta é:

O efeito vinculante e a eficácia *erga omnes* das decisões em sede de controle concentrado de constitucionalidade não alcançam o Poder Legislativo nem o próprio Supremo Tribunal Federal.

**Questão 27**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Constitucional****Ano:** 2019 **Banca:** FCC **Órgão:** Prefeitura de São José do Rio Preto - SP **Prova:** FCC - 2019 - Prefeitura de São José do Rio Preto - SP - Agente Fiscal de Posturas

Considerada a disciplina da propriedade como direito fundamental e de aspectos correlatos na Constituição Federal,

- a. cabe à lei assegurar proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas, sujeitas à autorregulamentação pelas entidades representativas das diferentes categorias.
- b. caberá à autoridade competente, desde que mediante ordem judicial, usar de propriedade particular, em caso de iminente perigo público, assegurada indenização posterior ao proprietário, se houver dano.
- c. a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, deve seguir procedimento estabelecido em lei, observada, sem ressalvas, a garantia de justa e prévia indenização em dinheiro.
- d. a sucessão de bens estrangeiros situados no país será regulada pela lei pessoal do *de cuius* sempre que esta for mais favorável a cônjuge ou filhos brasileiros do que a lei brasileira.
- e. é vedada a penhora da pequena propriedade rural para pagamentos de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, devendo seu desenvolvimento ser financiado pelos meios legalmente definidos.

A resposta correta é:

a sucessão de bens estrangeiros situados no país será regulada pela lei pessoal do *de cuius* sempre que esta for mais favorável a cônjuge ou filhos brasileiros do que a lei brasileira.

**Questão 28**

Não respondido

Vale 2,50 ponto(s).

**Direito Constitucional**

**Ano:** 2019 **Banca:** FCC **Órgão:** Prefeitura de São José do Rio Preto - SP **Prova:** FCC - 2019 - Prefeitura de São José do Rio Preto - SP - Agente Fiscal de Posturas

A respeito da ação direta de constitucionalidade, assinale a opção correta, com base na CF e na jurisprudência do STF.

- a. cabe à lei assegurar proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas, sujeitas à autorregulamentação pelas entidades representativas das diferentes categorias.
- b. caberá à autoridade competente, desde que mediante ordem judicial, usar de propriedade particular, em caso de iminente perigo público, assegurada indenização posterior ao proprietário, se houver dano.
- c. da desproporção por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, deve seguir procedimento estabelecido em lei, observada a imparcialidade e garantia de justa e prévia indemnização em dinheiro.
- d. a sucessão de bens estrangeiros situados no país será regulada pela lei pessoal do *de cuius* sempre que esta for mais favorável a cônjuge ou filhos brasileiros do que a lei brasileira.
- e. é vedada a penhora da pequena propriedade rural para pagamentos de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, devendo seu desenvolvimento ser financiado pelos meios legalmente definidos.

A resposta correta é: é vedada a penhora da pequena propriedade rural para pagamentos de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, devendo seu desenvolvimento ser financiado pelos meios legalmente definidos.

**Questão 29**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Constitucional**

**Ano:** 2017 **Banca:** FCC **Órgão:** TST **Prova:** FCC - 2017 - TST - Técnico Judiciário – Área Administrativa

O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho possuem competência para processar e julgar, originariamente,

- a. a ação direta de constitucionalidade por omissão, quando a falta de norma regulamentadora de atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal disser respeito a matérias sujeitas à sua jurisdição.
- b. a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões. ✓
- c. os conflitos de atribuição entre órgãos da Administração federal e órgãos jurisdicionais nas matérias sujeitas à sua jurisdição.
- d. seus próprios membros, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.
- e. a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias nas matérias sujeitas à sua jurisdição.

A resposta correta é:

a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

**Questão 30**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Tributário****Ano:** 2021   **Banca:** CESPE / CEBRASPE   **Órgão:** PGE-PB   **Prova:** CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-PB - Procurador do Estado

Consoante as regras do Código Tributário Nacional (CTN), a natureza jurídica específica dos tributos leva em consideração o fato gerador da obrigação tributária. Esse dispositivo do Código distingue

- a. os impostos das taxas e das contribuições de melhoria. ✓
- b. as taxas das contribuições de melhoria e das contribuições sociais.
- c. as contribuições de melhoria das contribuições sociais e dos empréstimos compulsórios.
- d. as contribuições sociais dos empréstimos compulsórios e dos impostos.
- e. os empréstimos compulsórios dos impostos e das taxas.

A resposta correta é:

os impostos das taxas e das contribuições de melhoria.

**Questão 31**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Tributário****Ano:** 2021   **Banca:** FCC   **Órgão:** TJ-GO   **Prova:** FCC - 2021 - TJ-GO - Juiz Substituto

Relativamente aos impostos lançados de ofício, tal como ocorre com o IPTU, em diversos Municípios brasileiros, o Código Tributário Nacional estabelece que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados

- a. do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou da data da ocorrência do fato gerador, de acordo com a maior ou menor proximidade com o momento da ocorrência do fato gerador, configurando-se, assim, a prescrição tributária.
- b. da data da ocorrência do fato gerador, desde que não tenha ocorrido dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo, configurando-se, assim, a decadência tributária.
- c. do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou da data da ocorrência do fato gerador, de acordo com o que for mais favorável, em cada caso, ao sujeito passivo, configurando-se, assim, a decadência tributária.
- d. da data da ocorrência do fato gerador, configurando-se, assim, a prescrição tributária.
- e. do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, configurando-se, assim, a decadência tributária. ✓

A resposta correta é:

do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, configurando-se, assim, a decadência tributária.

**Questão 32**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Administrativo****Ano:** 2021 **Banca:** CESPE / CEBRASPE **Órgão:** MPE-AP **Prova:** CESPE / CEBRASPE - 2021 - MPE-AP - Promotor de Justiça Substituto

A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a. Segundo o entendimento do STF, no caso de omissão da atuação estatal, a responsabilidade será sempre subjetiva, ou seja, somente existirá quando demonstrado culpa ou dolo do agente estatal.
- b. Para a configuração da responsabilidade civil do Estado por dano, é desnecessário que o ato lesivo seja ilícito, bastando que haja ✓ nexo de causalidade entre a ação estatal e o dano anormal e específico, ou seja, que o dano tenha ultrapassado os inconvenientes normais da vida em sociedade, em desfavor de pessoas ou grupos determinados.
- c. O poder público e os concessionários de serviços públicos respondem, objetiva e solidariamente, por danos causados aos usuários.
- d. A tese da reserva do possível é amplamente aceita pelos tribunais superiores, principalmente no contexto de ações que busquem impor ao poder público a obrigação de efetivar políticas públicas previstas em lei.
- e. Segundo o STF e o STJ, o suicídio de pessoa em cumprimento de pena dentro de estabelecimento prisional não enseja a responsabilidade civil do Estado, por consistir em ato de iniciativa exclusiva da própria vítima.

A resposta correta é:

Para a configuração da responsabilidade civil do Estado por dano, é desnecessário que o ato lesivo seja ilícito, bastando que haja nexo de causalidade entre a ação estatal e o dano anormal e específico, ou seja, que o dano tenha ultrapassado os inconvenientes normais da vida em sociedade, em desfavor de pessoas ou grupos determinados.

**Questão 33**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Administrativo****Ano:** 2019 **Banca:** FCC **Órgão:** SPPREV **Prova:** FCC - 2019 - SPPREV - Analista em Gestão Previdenciária

As autarquias são pessoas jurídicas integrantes da Administração pública indireta, que podem ter receitas próprias e receber recursos orçamentários e financeiros do erário público. No caso de uma autarquia auferir receitas próprias em montante suficiente para suportar todas as despesas e investimentos do ente,

- a. fica excepcionada a aplicação do regime jurídico de direito público durante o período em que perdurar a condição de pessoa jurídica não dependente.
- b. poderá realizar contratações efetivas sem a necessidade de prévio concurso público, diante da não incidência da regra para os entes da Administração pública indireta que não sejam dependentes.
- c. permanece sujeita aos princípios e regras que regem a Administração pública, tais como a impenhorabilidade de seus bens, exigência de autorização legislativa para alienação de bens imóveis e realização de concurso público para admissão de servidores, com exceção de comissionados. 
- d. permanecerá obrigada à regra geral de licitação para firmar contratos administrativos, com exceção das hipóteses de alienação de bens imóveis, porque geram receita como resultado.
- e. ficará equiparada, em direitos e obrigações, às empresas estatais não dependentes, que podem adquirir bens e serviços sem prévia realização de licitação, mas têm patrimônio sujeito à penhorabilidade e prescritibilidade.

A resposta correta é:

permanece sujeita aos princípios e regras que regem a Administração pública, tais como a impenhorabilidade de seus bens, exigência de autorização legislativa para alienação de bens imóveis e realização de concurso público para admissão de servidores, com exceção de comissionados.

**Questão 34**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Empresarial**

**Ano:** 2019 **Banca:** CESPE / CEBRASPE **Órgão:** TJ-DFT **Prova:** CESPE - 2019 - TJ-DFT - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provimento

A respeito de empresário e atividade empresarial, assinale a opção correta.

- a. O exercício de atividade econômica de forma esporádica não descharacteriza a atividade empresarial.
- b. A responsabilidade dos sócios pelas obrigações de uma sociedade empresária que explore irregularmente sua atividade econômica está limitada ao valor do capital social.
- c. É obrigação de todo empresário fazer sua inscrição na junta comercial antes de dar início à exploração de sua atividade empresarial.
- d. O exercício profissional da atividade econômica pressupõe, entre outras características, o monopólio das informações relativas aos bens e serviços oferecidos ao mercado pelo empresário. ✓
- e. São considerados empresários todos aqueles que exerçam profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, com o concurso de auxiliares ou colaboradores.

A resposta correta é:

O exercício profissional da atividade econômica pressupõe, entre outras características, o monopólio das informações relativas aos bens e serviços oferecidos ao mercado pelo empresário.

**Questão 35**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Direito Empresarial**

**Ano:** 2019 **Banca:** CESPE / CEBRASPE **Órgão:** MPE-PI **Prova:** CESPE - 2019 - MPE-PI - Promotor de Justiça Substituto

À luz dos dispositivos legais do Código Civil acerca do direito de empresa, assinale a opção correta a respeito de empresário e de sociedade empresarial.

- a. Empresários são tanto aqueles que exercem atividade econômica organizada quanto aqueles que exercem profissões intelectuais, científicas, literárias ou artísticas, ainda que estas atividades não constituam elementos da empresa.
- b. Pessoa que exerce atividade própria de empresário, apesar de legalmente impedida, não responderá pelas obrigações contraídas ao longo do exercício empresarial.
- c. Sócio que se tornar incapaz poderá, nessa condição, dar continuidade à empresa antes administrada por ele enquanto capaz, desde que seja representado ou assistido por seu tutor ou curador, independentemente de autorização judicial.
- d. Em regra, o empresário individual casado sob qualquer regime matrimonial dependerá de outorga conjugal para alienar imóveis que integrarem o patrimônio da empresa.
- e. Celebram contrato de sociedade as pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica e a partilhar dos resultados, podendo ser restrita a atividade a um ou mais negócios determinados. ✓

A resposta correta é:

Celebram contrato de sociedade as pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica e a partilhar dos resultados, podendo ser restrita a atividade a um ou mais negócios determinados.

**Questão 36**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Juizados****Ano:** 2021 **Banca:** FCC Órgão: DPE-SC **Prova:** FCC - 2021 - DPE-SC - Defensor Público

Em relação ao procedimento processual penal relativo aos Juizados Especiais Criminais,

- a. a composição civil dos danos realizada pelas partes em audiência preliminar não implica renúncia ao direito de representação ou queixa.
- b. os principais objetivos da Lei nº 9.099/1995 na esfera processual penal são a aplicação da pena privativa de liberdade e a reparação dos danos sofridos pela vítima.
- c. os embargos de declaração serão cabíveis quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão, interrompendo o prazo para a interposição de posterior recurso. ✓
- d. da decisão que rejeitar a denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
- e. caso o réu não seja encontrado pessoalmente para citação processual, o juiz suspenderá imediatamente o processo, arquivando os autos até ulterior localização.

A resposta correta é:

os embargos de declaração serão cabíveis quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão, interrompendo o prazo para a interposição de posterior recurso.

Questão **37**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Juizados****Ano:** 2020 **Banca:** FCC Órgão: TJ-MS **Prova:** FCC - 2020 - TJ-MS - Juiz Substituto

Quanto aos Juizados Especiais Cíveis, examine os enunciados seguintes:

I. Caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil, os quais interromperão o prazo para a interposição de recurso e serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

II. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado; não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, tendo havido solicitação do interessado, escrita ou oral, ou agindo o juiz de ofício, proceder-se-á desde logo à citação do executado para pagamento ou nomeação a penhora de bens suficientes à satisfação do crédito.

III. O acesso ao Juizado Especial independe, em qualquer grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas e do acompanhamento de advogado em primeiro grau de jurisdição, tendo porém a parte que constituir patrono para a interposição eventual de recurso, dirigido ao próprio Juizado.

IV. A sentença mencionará os elementos da convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensando o relatório; não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

Está correto que se afirma apenas em

- a. I, III e IV.
- b. I, II e III.
- c. II, III e IV.
- d. I e IV. ✓
- e. II e III.

A resposta correta é:

I e IV.

**Questão 38**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**Loman**

**Ano:** 2019 **Banca:** PUC-PR **Órgão:** Prefeitura de Campo Grande - MS **Prova:** PUC-PR - 2019 - Prefeitura de Campo Grande - MS - Auditor Fiscal da Receita Municipal

Considerando as alternativas referentes ao Poder Judiciário e o estatuto constitucional da magistratura, está correto afirmar que

- a. aos juízes, é vedado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal que integravam antes de decorridos três anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração. ✓
- b. o ingresso na carreira se dá no cargo de Juiz Substituto, exigindo-se bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica.
- c. as sessões administrativas dos Tribunais serão reservadas, sendo públicos os julgamentos dos Órgãos do Poder Judiciário, ressalvados, neste último caso, os casos de sigilo previstos em lei.
- d. os atos de remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados por interesse público serão tomados por decisão da maioria simples dos Tribunais ou do Conselho Nacional de Justiça.
- e. o Conselho Nacional de Justiça deve conter em sua composição um Juiz Estadual indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

A resposta correta é:

aos juízes, é vedado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal que integravam antes de decorridos três anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração.

**Questão 39**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**OAB**

**Ano:** 2020 **Banca:** FCC **Órgão:** AL-AP **Prova:** FCC - 2020 - AL-AP - Advogado Legislativo - Procurador

Sobre a advocacia, é correto afirmar:

- a. Salvo em causa própria, a advocacia é incompatível com a atividade exercida por militares na ativa.
- b. São impedidos de exercê-la os servidores da Administração direta, indireta e fundacional contra a Fazenda Pública.
- c. É incompatível o exercício da advocacia com o exercício de mandado eletivo de deputado estadual.
- d. A incompatibilidade determina a proibição parcial, e o impedimento a proibição total do exercício da advocacia.
- e. Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura. ✓

A resposta correta é:

Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura.

**Questão 40**

Correto

Atingiu 2,50 de 2,50

**OAB**

**Ano:** 2018 **Banca:** FAUEL Órgão: Prefeitura de Paranavaí - PR **Prova:** FAUEL - 2018 - Prefeitura de Paranavaí - PR - Procurador do Município

Assinale a alternativa correta, a respeito dos honorários advocatícios.

- a. A ação rescisória, quando busca desconstituir sentença condenatória que fixou honorários advocatícios sucumbenciais, deve ser proposta não apenas contra o titular do crédito principal formado em juízo, mas também contra o advogado em favor de quem foi fixada a verba honorária. ✓
- b. A majoração dos honorários advocatícios em sede recursal é devida mesmo em se tratando de mandado de segurança, uma vez que a regra a respeito da impossibilidade de condenação ao pagamento de honorários advocatícios em procedimentos mandamentais foi tacitamente revogada pelo Código de Processo Civil em vigor.
- c. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, admitindo-se a compensação em caso de sucumbência parcial.
- d. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários deverão ser integralmente pagos.
- e. Os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria.

A resposta correta é:

A ação rescisória, quando busca desconstituir sentença condenatória que fixou honorários advocatícios sucumbenciais, deve ser proposta não apenas contra o titular do crédito principal formado em juízo, mas também contra o advogado em favor de quem foi fixada a verba honorária.

[◀ Avisos \(invisível\)](#)

Seguir para...